



Premio Ajufe &lt;premio@ajufe.org.br&gt;

## Inscrição em prêmio

1 mensagem

**Israel Azevedo Fabiano**

Para: "premio@ajufe.org.br" &lt;premio@ajufe.org.br&gt;

6 de abril de 2021 18:01

Dados pessoais do(s) autor(es) da prática:

Nome: Israel Azevedo Fabiano

Cargo/curso universitário : Técnico Judiciário Área Administrativa

Órgão : Subseção Judiciária de Ji-Paraná, TRF1

Cidade/UF: Ji-Paraná/RO

Nome: Manoel Gustavo Fernandes Kliemann

Cargo/curso universitário : Diretor de Secretaria/Analista Judiciário

Órgão : Subseção Judiciária de Picos/PI - TRF1

Cidade/UF: Picos/PI

Nome: Gleison Guardia

Cargo/curso universitário: PEBTT - Matemática

Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO

Cidade/UF: Ji-Paraná - RO

### **Título: Robô certificador do auxílio emergencial**

Categoria: Boas práticas dos servidores na Justiça Federal

A par dos esforços para mitigar os impactos da pandemia provocada pela COVID-19, o governo federal implantou o auxílio emergencial para um público que ultrapassou a colossal marca de 68 milhões de brasileiros 1.

Afluíram milhares de novas demandas discutindo o benefício nos Juizados Especiais.

Diante desse desafio, foi desenvolvida e implementada solução, baseada em Python, utilizando a metodologia de Web Scraping, para movimentação e minuta de certidão acerca

da atualização do estado de concessão/negativa do benefício.

A aplicação certifica, de forma automatizada e independente de intervenção de servidores das Varas, em processos que tramitem na plataforma do PJe, lançando os dados atualizados acerca do estado e informações do beneficiário constantes na DATAPREV e obtidos mediante convênio com o CNJ.

Em seguida, é registrada etiqueta nos autos para que a unidade de tramitação melhor gerencie e identifique os processos que foram tratados.

Com a ferramenta automatizada, os riscos de erros na certificação são minimizados e, principalmente, há incremento na celeridade dos processos e ampliação das possibilidades de celebração de acordos.

Além de substituir o trabalho manual de certificação dos processos por servidores das Varas, o robô trabalha, de forma centralizada, automatizada e autônoma, com grande volume de dados. Exemplarmente, durante o intervalo de 20/11 a 4/12/2020, a média de tempo empregado para o trabalho em cada processo ficou abaixo de 14,5 segundos, ainda que o robô tenha sido executado em 24.406 feitos.

A eficiência e a celeridade do robô superaram o equivalente a 715 horas de trabalho, em condições ideais e ininterruptas, de servidor de Vara.

A par disso, foram identificados e certificados mais de 8.706 feitos nos quais os benefícios foram reconhecidos administrativamente, permitindo que milhares de feitos fossem julgados e extintos antecipadamente, desafogando o acervo das varas.

Apresentamos as especificações do projeto:

### **1. período de atividade da prática e os principais objetivos;**

O robô foi desenvolvido entre julho e outubro de 2020, entrando em fase de execução após a edição da Portaria Conjunta PRESI/COGER/COJEF/SISTCON - 11724920, de 19/11/2020.

Os principais objetivos perseguidos são:

a) maximizar as atividades dos servidores das unidades processantes e dos gabinetes, de modo a explorar as capacidades e potencialidades fomentadas pelo PJe;

b) acelerar a tramitação dos processos de auxílio emergencial na plataforma do PJe;

c) reduzir os riscos de equívocos e falhas nas triagens, movimentações e julgamentos de processos de auxílio emergencial na plataforma do PJe;

e) incrementar o número de feitos resolvidos por acordo na plataforma do PJe;

**2. principal inovação da prática;**

A principal inovação obtida foi o incremento na celeridade e eficiência na gestão dos processos de auxílio emergencial, ao mesmo tempo que reduz os gastos de tempo de trabalho de servidores para a mesma atividade em equivalente a 715 horas.

**3. recursos e instrumentos utilizados;**

Não houve custos para o Tribunal Regional Federal da 1<sup>a</sup> Região. A programação foi desenvolvida pelos servidores da 1<sup>a</sup> Vara da Subseção Judiciária de Ji-Paraná e executado no ambiente do PJe.

**4. houve parceria como alguma instituição ou entidade;**

Há uma parceria com o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) que durante o desenvolvimento colaborou com 5% do código-fonte do programa, além de consulta para elucidação de eventuais complexidades que surgiram durante a programação.

**5. valores gastos para a implantação da prática;**

Não houve custos para a Justiça Federal. Porém, para os autores houve investimento em plataformas de trabalho e cursos de capacitação e treinamento para obter a capacidade necessária ao desenvolvimento do sistema.

**6. houve propagação da prática para outra unidade ou setor do judiciário;**

A prática beneficiou todas as varas do Tribunal Regional Federal da 1<sup>a</sup> Região em que tramitaram ações de auxílio emergencial.

**7. a prática contribuiu para o aperfeiçoamento ou transformação da justiça;**

A automação, dentro do cenário apresentado, contribuiu para a rápida e, assim, eficiente prestação jurisdicional em um momento de extrema necessidade, sem que para isso seja acrescentado custo à Justiça Federal.

**8. anexar fotos e/ou link de vídeos relacionados a prática (facultativo)**

Atenciosamente,

**Israel Azevedo Fabiano**  
Técnico Judiciário